

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.160 - SP (2019/0301993-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : ROBERTA MARIA DA SILVA SANTOS
ADVOGADO : ROBERTA MARIA DA SILVA SANTOS - SP222194
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIAGO HENRIQUE MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **TIAGO HENRIQUE MARTINS**, apontando como autoridade coatora Desembargador da 16.^a Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2188254-59.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 13/04/2019 pela suposta prática do delito descrito no art. 157, *caput*, do Código Penal, por ter subtraído R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais) de propriedade de Simone Sales de Abreu e Padaria Chocolate com Pimenta.

Homologado o flagrante, foi convertido em prisão preventiva.

Oferecida a denúncia, foi recebida em 26/04/2019.

Pretendendo a revogação da prisão preventiva, a defesa impetrou prévio *writ*, cujo pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 12-13).

No presente *habeas corpus*, alega o impetrante que a prisão não pode se estender por tempo indeterminado.

Afirma que há demora injustificada na tramitação do feito criminal, sem que a defesa tenha dado causa.

Declara que o paciente é primário, possui residência fixa, trabalha com seu pai como marceneiro e tem família.

Sustenta que não há risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer a concessão da ordem liminarmente para se revogar a custódia cautelar.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691 do STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO REGIMENTAL

Superior Tribunal de Justiça

DESPROVIDO.

I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - Não se admite, em princípio, a impetração de *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar em *writ* impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância (Súmula n. 691 do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação.

III - *In casu*, o impetrante se insurge contra a determinação de execução provisória da pena privativa de liberdade, após esgotadas as instâncias ordinárias. Não se verifica, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de determinar o conhecimento da impetração, em afronta ao disposto na Súmula 691 do STF.

Agravo regimental desprovido"

(AgRg no HC 438.735/MA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 27/3/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática que se ampara no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 (aplicável ao caso, por força do disposto no art. 3º do Código de Processo Penal) e no art. 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal.

2. Nos termos do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, 'não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de 'habeas corpus' impetrado contra decisão do relator que, em 'habeas corpus' requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar'.

3. A leitura da decisão monocrática impugnada na inicial (sentença condenatória) não evidencia, de pronto, a presença de alguma excepcionalidade, de flagrante ilegalidade ou de abuso de poder que justifique o afastamento da orientação contida na referida súmula.

Isso porque o Juiz sentenciante afirmou ser o acusado possuidor de maus antecedentes e reincidente específico, razões pelas quais afastou a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, fixou o regime inicial fechado e negou o direito de recorrer em liberdade (para o fim de garantir-se a ordem pública).

4. Agravo regimental não provido"

(AgRg no HC 435.454/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 12/4/2018).

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de qualquer ilegalidade na decisão impugnada que indeferiu o pedido liminar diante da ausência de elementos suficientes para a sua análise e da necessidade de se aguardar a vinda de informações, uma vez parte impetrante deixou de instruir os autos com as peças necessárias à

Superior Tribunal de Justiça

compreensão da controvérsia.

Se a Corte *a quo* não se manifestou acerca da temática aqui trazida, sequer em caráter de urgência, não é possível o conhecimento do presente *writ*, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

